

**Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade
Ocupacional no Brasil**

Carlos Hasenbalg
IUPERJ

Nelson do Valle Silva
LNCC/IUPERJ

Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 1998,
GT Desigualdades Sociais

O objetivo deste trabalho é revisitar, com os dados mais recentes disponíveis, o papel da variável “raça” ou cor no processo de estratificação da sociedade brasileira. Em trabalhos anteriores sobre o tema, os autores tomaram como ponto de partida uma revisão crítica da literatura sobre relações raciais no Brasil, onde se constata que o papel de “raça” ou cor no processo estratificatório é simplesmente desconsiderado, no caso das análises que consideram o preconceito e a discriminação como um mero epifenômeno das relações de classe, ou é então minimizado, quando a verificação da existência conspícua de comportamentos e atitudes discriminatórias é explicada como constituindo um “arcaísmo” evanescente do passado escravista. Nesses trabalhos foi enfatizada a funcionalidade da discriminação racial como instrumento de desqualificação de grupos sociais no processo de competição por benefícios simbólicos e materiais, resultando em vantagens para o grupo branco em relação aos grupos não-brancos (pretos e pardos) na disputa por esses benefícios. Tentou-se mostrar que discriminação e preconceito raciais estão intimamente associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em diferenças entre os grupos de cor no processo de mobilidade social. As evidências empíricas permitiram caracterizar aos grupos não-brancos como estando sujeitos a um “processo de acumulação de desvantagens” ao longo de suas trajetórias sociais (Silva, 1981 e 1985; Hasenbalg, 1979, 1985 e 1988).

Os estudos que tratam especificamente da mobilidade social dos grupos de cor têm sido feitos através de dois procedimentos. O primeiro consiste na aplicação de modelos de realização sócio-econômica e foi utilizado por Silva (1981). O segundo procedimento, a ser usado neste trabalho, é realizado através da comparação das matrizes de mobilidade intergeracional dos grupos de cor (Hasenbalg, 1985 e 1988; e Caillaux, 1994).

Valendo-se dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976, Hasenbalg (1985) examinou a mobilidade social dos grupos de cor branca e não-branca, desdobrando a análise em três etapas: (1) o padrão global de mobilidade ocupacional intergeracional; (2) a forma como a posição social dos pais influi nas realizações educacionais dos entrevistados e (3) a forma como a educação adquirida pelos entrevistados condiciona o preenchimento de posições na hierarquia ocupacional. A primeira conclusão, derivada da comparação das matrizes de mobilidade dos dois grupos,

foi que os não-brancos experimentam um déficit considerável de mobilidade social ascendente, o que permite rejeitar a hipótese de igualdade de oportunidades para os diferentes grupos de cor. Os padrões de mobilidade intergeracional mostraram que entre as pessoas nascidas no estrato mais baixo, de ocupações rurais, os brancos têm uma pequena vantagem nas chances de ascensão social. Contudo, os diferenciais inter-raciais de mobilidade ascendente passam a ser maiores ao considerar as pessoas nascidas nos estratos ocupacionais mais elevados. Além disso, não só os diferenciais de mobilidade ascendente crescem ao se passar para os estratos mais altos, como também os não-brancos estavam expostos a probabilidades muito mais elevadas de demissão ou mobilidade social descendente, como era evidente nos nascidos nos dois estratos mais elevados (não-manual e alto). No que se refere à conversão da posição social de origem em educação, a constatação mais notória foi que os entrevistados não-brancos mostram uma distribuição educacional mais concentrada na base, qualquer que seja o estrato de origem que se adote como referência da comparação. Por último, no que diz respeito à conversão da educação adquirida em posições da hierarquia ocupacional, notou-se que qualquer que seja o nível educacional considerado, os não-brancos se concentram mais do que proporcionalmente nos estratos ocupacionais inferiores e que as magnitudes das diferenças nas distribuições ocupacionais tendem a se agravar ao se passar para os níveis educacionais mais elevados. Estas evidências permitiram chegar à conclusão de que as pessoas de cor preta e parda no Brasil

...sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas (Hasenbalg, 1988, p.177)

Caillaux (1994) faz uma análise da mobilidade ocupacional baseada nas informações estatísticas para chefes e cônjuges de domicílios oriundas da PNAD de 1976 e 1988. Seus resultados indicam que, nos dois períodos observados, a abertura de melhores oportunidades beneficia sobretudo o grupo branco, o qual usufrui de maiores chances de ascensão ocupacional relativamente a pretos e pardos. Similarmente, analisando os dados

relativos à dimensão educacional, a autora observa que de 1976 para 1988 a tendência geral é de aumento na escolaridade, segundo o número médio de anos de estudo, em todos os grupos ocupacionais. No entanto, fica claro que a expansão do ensino no Brasil continua funcionando de forma discriminatória, tendo os pretos e pardos menos oportunidades de treinamento que os brancos, o que reforça a desigualdade da competição antes da entrada no mercado de trabalho (Caillaux, op. cit., pp 60-61).

Para a análise do presente trabalho lançamos mão dos dados constantes do suplemento sobre mobilidade social da PNAD de 1996. Estes são os dados mais recentes de que se dispõe sobre este tema em nosso país. Em termos das definições dos estratos ocupacionais utilizados na construção das matrizes de fluxos de mobilidade, adotamos a mesma metodologia proposta por Pastore, tanto no seu trabalho pioneiro, como nas atualizações posteriores que promoveu (e.g. Pastore e Haller, 1993). Nestas pesquisas, é utilizado um agrupamento em seis estratos obtido a partir de uma escala socioeconômica métrica elaborada com os dados do Censo de 1970. Como a PNAD de 1996 se baseia numa classificação de ocupações mais ampla e detalhada que aquela, cumpriu-se fazer um trabalho preliminar de compatibilização entre a classificação original e a de 1996, alocando-se as ocupações na nova classificação aos grupos mais adequados da classificação original.

Como regras de compatibilização, foram adotados dois critérios: em primeiro lugar, no caso do título ocupacional ser idêntico entre as duas classificações, respeitou-se a alocação aos grupos definidos no trabalho original; além disso, no caso de título ocupacional novo ou discrepante, buscou-se sua alocação mais adequada em termos tanto da descrição substantiva do grupo (veja-se abaixo) como do escore socioeconômico da ocupação e daquele que caracteriza o grupo.

No Quadro 1 abaixo, temos uma descrição sumária dos diversos estratos ocupacionais definidos, bem como o valor médio do índice de status socioeconômico para 1996, que replicou os procedimentos adotados para os dados do Censo de 1970. Observe-se que o agrupamento ocupacional utilizado segue critérios de distância social (medida pelo

índice de status socioeconômico e, portanto, podemos pensar estes estratos como medindo estritamente diferenças de posição socioeconômica. No entanto, conforme fica posto em relevo pela descrição dos estratos, esta classificação também corresponde a outros critérios, particularmente às distinções manual/não-manual e também pela diferença rural/urbano. É claro que a forma da classificação não é inconseqüente no nível dos resultados obtidos: por exemplo, o fato que os grupos ocupacionais 1 e 2, embora mostrem índices de status bastante próximos e com considerável superposição, se distinguem essencialmente pela dimensão urbano/rural, faz com que, por construção, identifiquemos o processo de migração rural/urbano com uma mobilidade ascendente. Ou seja, a urbanização recente da sociedade brasileira está, dessa forma, necessariamente associada a uma melhora na distribuição de posições dentro da estrutura ocupacional.

Convém também ressaltar que as distancias sociais inter-grupos aumentam na medida em que se sobe na estrutura social, o que é uma característica bastante realista, tendo em vista o que se conhece sobre as elevadas desigualdades na nossa sociedade. Assim, o índice médio de status socioeconômico do estrato mais elevado é mais de 15 vezes superior ao de status mais baixo.

QUADRO 1: ESTRATOS OCUPACIONAIS, VALORES MÉDIOS E OCUPAÇÕES REPRESENTATIVAS.

GRUPO OCUPACIONAL	ESTRATO	OCUPAÇÕES REPRESENTATIVAS	ISS MÉDIO
1	Baixo inferior: trabalhadores rurais não-qualificados.	Produtores Agropecuários autônomos; outros trabalhadores na Agropecuária; Pescadores	2,90
2	Baixo superior: trabalhadores urbanos não qualificados.	Comerciantes por conta própria; Vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas.	6,49
3	Médio inferior: trabalhadores qualificados e semi-qualificados.	Motoristas; Pedreiros, Mecânicos de veículos; Marceneiros; Carpinteiros; Pintores e caiadores; Soldadores; Eletricistas de Instalações.	8,68
4	Médio: Trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários.	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; Praças das Forças Armadas.	17,01
5	Médio Superior: Profissionais de nível médio e Médios Proprietários.	Criadores de gado bovino; Diretores, Assessores e chefes no Serviço Público; Administradores e gerentes na Indústria e no Comércio; Chefes e encarregados de seção; Representantes Comerciais.	27,19
6	Alto: Profissionais de Nível Superior e Grandes Proprietários	Empresários na Indústria; Administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; Engenheiros; Médicos; Contadores; Professores de Ensino Superior; Advogados; Oficiais das Forças Armadas.	44,06

Seguindo a tradição dominante nos estudos de mobilidade social no Brasil, restringiremos nossa amostra a chefes de família homens de idade entre 20 e 64 anos. A razão principal da exclusão das cônjuges e chefes mulheres se prende à natureza dos dados

coletados. As informações sobre status ocupacional de origem na PNAD de 1996 estão limitadas à ocupação paterna do respondente. Assim, no caso das mulheres, a análise de sua mobilidade estaria limitada a uma comparação com a posição de seu pai (e não com a de sua mãe). Como a segregação ocupacional impõe perfis ocupacionais muito diferenciados entre homens e mulheres, uma matriz de mobilidade que envolvesse a comparação de pais e filhas resultaria em padrões de fluxos muito peculiares e não estritamente comparáveis com aqueles observados para homens. Adicionalmente, como a participação feminina na força de trabalho é caracteristicamente auto-seletiva, com maior tendência ao trabalho nos extremos da hierarquia social, restaria a opção ou de eliminar da análise as mulheres que não trabalham (e que, portanto, não possuem status ocupacional próprio) ou imputar a estas mulheres a posição ocupacional de seu esposo (e, por esta via, fragilizando a comparação com as demais mulheres). Qualquer que fosse a solução, estaríamos introduzindo procedimentos de conseqüências teóricas não muito claras, e que teriam, além disso, o efeito de enviesar de alguma forma a estimativa da posição das mulheres, sobretudo nos estratos médios.

Passando para a análise dos dados da PNAD de 1996 relativos a mobilidade social segundo os grupos de cor das pessoas, a Tabela A do Apêndice apresenta as matrizes de mobilidade ocupacional intergeracional dos homens de 20 a 64 anos de cor branca, preta e parda. A partir desses dados é possível distinguir o tipo de mobilidade experimentado pelos grupos de cor. Os números da diagonal principal das matrizes indicam a quantidade de entrevistados que se mantêm no mesmo grupo ocupacional de seus pais. Os números acima da diagonal indicam o volume da mobilidade ascendente, ao passo que os números abaixo da diagonal expressam a mobilidade descendente. A Tabela 1, a seguir, resume essa informação.

Tabela 1 Mobilidade Ocupacional Intergeracional segundo a Cor, 1996 (%)

Tipo de Mobilidade	Branco	Pretos	Pardos
Ascendente	52,5	43,9	45,5

Imobilidade	33,1	42,6	42,4
Descendente	14,4	13,5	12,1

Nota-se que os brancos têm uma vantagem significativa em termos de mobilidade ocupacional ascendente; pouco mais da metade deles (52,5%) encontram-se em grupos ocupacionais mais elevados que os de seus pais, ao passo que isso ocorre com somente 43,9% dos pardos e 45,5% dos pretos. Por outro lado, os dois grupos não-brancos experimentam um grau maior, quase 10%, de imobilidade ou herança do status paterno. Por último, a proporção dos que tiveram mobilidade descendente é muito semelhante nos três grupos de cor, oscilando entre 12 e 14%. Esta semelhança na mobilidade ocupacional de pretos e pardos, que os diferencia dos brancos, permite que esses dois grupos sejam juntados numa categoria de não-brancos nas análises que se seguem. Cabe destacar que outros indicadores básicos de estratificação, como educação e renda, também apontam para a semelhança na posição estrutural de pretos e pardos e seu distanciamento dos brancos. Assim, por exemplo, para os mesmos homens de 20 a 64 anos de idade, os dados da PNAD-96 mostram que a escolaridade média é de 6,6 anos para brancos, 4,1 anos para pretos e 4,2 anos para pardos; o rendimento médio de todos os trabalhos para esses mesmos grupos era de R\$ 787, R\$ 333 e R\$ 372, respectivamente.

Seguindo o mesmo procedimento usado na análise dos dados de mobilidade da PNAD de 1976, será visto primeiro o padrão global de mobilidade dos grupos de cor. A Tabela 2 apresenta os fluxos de saída dos grupos ocupacionais dos pais para os grupos ocupacionais atuais dos entrevistados.

Tabela 2 Mobilidade Intergeracional segundo a Cor, 1996

Branco

Grupo Ocupacional Atual							
Gr. Ocup. Pai	1	2	3	4	5	6	Total
1	33,3	23,1	25,9	9,8	5,1	2,7	100,0
2	4,1	28,7	26,0	20,8	12,0	8,3	100,0

3	2,8	20,8	41,3	17,9	11,4	5,8	100,0
4	4,8	18,6	21,8	26,1	15,5	13,2	100,0
5	7,1	14,1	14,2	20,2	24,9	19,5	100,0
6	1,9	10,0	9,2	19,4	22,7	36,6	100,0

Não-Brancos

Grupo Ocupacional Atual								
Gr. Ocup. Pai	1	2	3	4	5	6	Total	Δ
1	45,8	23,2	21,7	6,3	2,2	0,8	100,0	12,6
2	8,0	37,0	30,4	14,7	7,1	2,8	100,0	16,6
3	5,3	25,6	46,8	14,2	5,7	2,4	100,0	12,8
4	11,3	28,1	25,4	23,0	7,7	4,5	100,0	19,6
5	10,9	23,7	27,9	20,6	12,5	4,5	100,0	27,4
6	3,8	19,8	20,8	23,1	15,5	17,5	100,0	26,3

Qualquer que seja o grupo ocupacional de origem que se tome como referência, nota-se que a distribuição ocupacional atual dos não-brancos está mais concentrada nos estratos ocupacionais inferiores. Assim, por exemplo, entre os filhos do grupo ocupacional 1, de trabalhadores rurais não-qualificados, a proporção de não-brancos que herda o status ocupacional dos pais é significativamente maior que a dos brancos: 45,8% e 33,3%, respectivamente. Nesse mesmo grupo de origem a proporção de filhos que ascende aos estratos 5 e 6, os mais elevados, experimentando mobilidade de longa distância, é 7,8% para brancos e somente 3,0% para não-brancos. Essas mesmas proporções entre os que são filhos do grupo 2, de trabalhadores urbanos não-qualificados é de 20,3% para brancos e 9,9% para não-brancos. No extremo oposto da hierarquia ocupacional, considerando a distribuição ocupacional de destino dos entrevistados que são filhos do grupo 6, de profissionais de nível superior e grandes proprietários, nota-se que a proporção de brancos (36,6%) que consegue preservar essa posição é muito mais elevada que a dos não-brancos (17,5%). Isto significa que as pessoas de cor preta e parda que nasceram em famílias de alto status estão muito mais expostas ao risco de experimentar mobilidade social descendente e perder as posições sociais conquistadas na geração anterior.

No que se refere à distribuição desigual das oportunidades de mobilidade social entre os grupos de cor, os dados da Tabela 2 indicam uma tendência semelhante à observada em 1976. Não só os não-brancos contam com menores oportunidades de

mobilidade ascendente, como as dificuldades para a ascensão social aumentam quando se consideram as pessoas provenientes dos estratos mais elevados. Isto é o indicado, de maneira sintética, pelo índice Δ de dissimilaridade na última coluna da tabela do grupo não-branco. Este índice indica a proporção de não-brancos, dentro de cada grupo de origem, que deveria mudar de posição (neste caso, mais elevada) para que a sua distribuição de destino se igualasse ao do grupo branco. O Δ aumenta consistentemente desde 12,6 entre os não-brancos filhos de trabalhadores manuais rurais até valores próximos a 27,0 entre os entrevistados provenientes dos dois estratos mais elevados.

A despeito das mudanças ocorridas no regime de mobilidade social do Brasil desde a década de 1970, período em que aumentou a mobilidade de circulação ou por trocas e diminuiu a mobilidade de tipo estrutural (Pastore e Haller, 1993), os padrões de mobilidade social dos grupos de cor apresentam diferenças que vão na mesma direção daquelas constatadas em 1976: os não-brancos estão expostos a chances menores de ascensão social; as dificuldades para ascender aumentam junto com o nível do estrato de origem; e os nascidos nos estratos mais elevados estão expostos a riscos maiores de mobilidade descendente.

A segunda parte da análise consiste em observar como a posição social de origem dos entrevistados é convertida em realizações educacionais, vista em termos de anos de escolaridade formal completados. A Tabela 3, com as matrizes de transição dos grupos ocupacionais dos pais para as faixas de escolaridade dos entrevistados, apresenta a informação pertinente.

Tabela 3 Anos de Escolaridade por Grupo Ocupacional do Pai, segundo a Cor, 1996
Brancos

Gr. Ocup. Pai	Anos de Escolaridade					Total
	até 3 anos	4 anos	5 a 8 anos	9 a 11	12 e mais	
1	39,4	25,7	21,9	9,0	3,9	100,0
2	12,2	14,3	30,8	26,0	16,8	100,0
3	10,6	14,6	36,6	26,1	12,1	100,0
4	8,6	9,9	25,3	27,9	28,4	100,0
5	6,7	7,4	18,1	28,3	39,5	100,0

6	2,2	2,9	8,8	23,3	62,7	100,0
---	-----	-----	-----	------	------	-------

Não-Brancos

Gr. Ocup. Pai	Anos de Escolaridade					Total	Δ
	até 3 anos	4 anos	5 a 8 anos	9 a 11	12 e mais		
1	64,1	15,6	15,0	4,2	1,1	100,0	24,7
2	26,4	15,0	33,7	19,2	5,8	100,0	17,8
3	20,6	15,7	38,8	20,2	4,7	100,0	13,3
4	22,5	13,6	27,2	26,5	10,2	100,0	19,6
5	19,1	10,1	34,3	24,5	12,1	100,0	31,2
6	9,3	5,3	23,9	36,3	25,2	100,0	37,5

Os dados da Tabela 3 mostram claramente que para todos os estratos de origem, indicados pelo grupo ocupacional do pai, as distribuições educacionais dos entrevistados não-brancos estão consideravelmente mais concentradas nas faixas de escolaridade inferiores. Isto é particularmente acentuado, por exemplo, no caso dos filhos de trabalhadores rurais não qualificados, onde 64,1% dos não-brancos não consegue ultrapassar os três anos de escolaridade, enquanto somente 39,4% dos brancos se encontra nessa situação. Por outro lado, quando se consideram os entrevistados oriundos dos estratos não-manuais (grupos 4, 5 e 6), constata-se a existência de enormes diferenças nas oportunidades de acesso ao ensino superior, indicada pela categoria de 12 e mais anos de escolaridade; nesses grupos de origem não-manual os brancos contam com chances entre duas e três vezes maiores que os não-brancos de ter acesso a estudos universitários.

O índice Δ de dissimilaridade, na última coluna da tabela dos não-brancos, mostra a magnitude das diferenças nas distribuições educacionais de brancos e não-brancos nos diferentes estratos de origem. Chamam a atenção tanto os valores elevados do índice como o fato deles se disporem em forma de U, apresentando os valores mais altos nos extremos da hierarquia ocupacional de origem. No caso dos filhos do estrato de trabalhadores rurais não-qualificados, o valor alto de Δ (24,7) possivelmente está relacionado às desvantagens locais dos não-brancos, mais concentrados nas áreas

rurais do nordeste e centro-oeste, que apresentam os piores indicadores educacionais do país. A desigualdade de oportunidades educacionais entre os grupos de cor diminui entre os filhos de trabalhadores manuais urbanos (grupos 2 e 3), aumentando consistentemente entre os filhos de trabalhadores não-manuais. Tudo indica que as pessoas não-brancas nascidas nos estratos mais altos são as que encontram mais dificuldades na conversão da posição de classe de origem em realizações educacionais. Em maior ou menor medida, dependendo do estrato social de origem, as pessoas do grupo não-branco contam com uma severa desvantagem no acesso a um recurso crucial na competição por posições na estrutura social, como é o caso da educação formal. Isto nos leva a examinar a próxima etapa do processo de mobilidade social individual, que é a forma como a escolaridade adquirida se traduz no preenchimento de posições na hierarquia ocupacional. A Tabela 4 informa o grupo ocupacional atual dos entrevistados segundo o seu nível de escolaridade.

Tabela 4 Grupo Ocupacional Atual por Anos de Escolaridade, segundo a Cor, 1996

Branco

Gr. Ocup Atual	Anos de Escolaridade					Total
	até 3 anos	4 anos	5 a 8 anos	9 a 11	12 e mais	
1	40,6	21,6	11,0	3,0	0,8	17,2
2	25,8	25,5	28,0	19,8	7,0	22,6
3	25,7	38,3	38,1	21,9	4,5	27,6
4	5,0	9,0	14,4	31,7	23,6	15,6
5	2,2	4,3	6,6	17,6	27,0	9,9
6	0,7	1,4	2,0	6,1	37,1	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Não-Brancos

Gr. Ocup Atual	Anos de Escolaridade					Total
	até 3 anos	4 anos	5 a 8 anos	9 a 11	12 e mais	
1	50,2	21,2	9,1	2,9	0,7	29,6
2	24,4	29,1	33,2	22,7	8,2	26,3
3	20,4	39,8	39,5	24,2	10,9	27,8
4	3,5	6,7	12,8	33,8	28,6	10,3
5	1,3	2,8	4,4	12,1	24,1	4,2
6	0,2	0,4	1,1	4,2	27,5	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Δ	9,6	5,1	6,6	7,5	7,6	16,3

As informações da Tabela 4 mostram que em todas as faixas de escolaridade a distribuição ocupacional dos não-brancos tende a estar ligeiramente mais concentrada nos estratos ocupacionais mais baixos. Este é o caso das pessoas na faixa de escolaridade mais baixa, de até 3 anos, onde 50,2% dos não-brancos e somente 40,6% dos brancos se concentram no estrato 1 de trabalhadores rurais. Na categoria de escolaridade mais alta, de 12 anos e mais, a proporção de brancos no grupo ocupacional mais elevado (37,1%) é quase 10% maior que a dos não-brancos. Contudo, as diferenças na distribuição ocupacional dos grupos de cor segundo níveis de escolaridade não são muito acentuadas. A magnitude dessas diferenças é mostrada pelos valores de Δ , na última linha da tabela dos não-brancos, que oscila entre um valor máximo de 9,6 na faixa de escolaridade de até 3 anos e um valor mínimo de 5,1 entre as pessoas com 4 anos de estudo. Mesmo que a partir dessa escolaridade o índice de dissimilaridade aumente até 7,6 na faixa de escolaridade de 12 anos e mais, a magnitude dos incrementos não é muito acentuada. As informações da tabela sugerem que os não-brancos experimentam uma desvantagem na conversão de sua educação formal em posições ocupacionais, o que pode estar vinculado a processos de discriminação racial no mercado de trabalho. Apesar disso, não se observa tão claramente nos dados sobre mobilidade social de 1996 o padrão notado nos dados de 1976, segundo o qual a magnitude das diferenças na distribuição ocupacional dos grupos de cor tende a se agravar ao se passar para os níveis educacionais mais elevados.

Como indicamos anteriormente, a literatura sociológica que trata das diferenças socioeconômicas por cor no Brasil aponta para a existência de um processo de cumulação de desvantagens. Neste trabalho constatamos, mais uma vez, a plausibilidade de tal caracterização. Além disso, parece claro que no Brasil de hoje o núcleo das desvantagens que pretos e pardos parecem sofrer se localiza no processo de aquisição educacional. As diferenças nos retornos ocupacionais dos investimentos em educação são relativamente modestas quando comparadas com as diferenças na realização educacional para qualquer que seja o estrato de origem. Diferenças que, como vimos, tendem a crescer conforme aumenta a situação socioeconômica de origem. Assim, a questão educacional parece estar se constituindo no nó górdio das desigualdades raciais em nosso país.

Referências Bibliográficas

- Caillaux, E.: “Cor e Mobilidade Social no Brasil”, *Estudos Afro-Asiáticos*, vol 26, 1994, p. 53 a 66.
- Hasenbalg, C., *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
-, “Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil”, in Fontaine, P.M. (ed.), *Race, Class and Power in Brazil*, CAAS-UCLA, 1985, cap. 3.

-....., “Raça e Mobilidade Social”, in Hasenbalg, C. e Silva, N. doV., *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*, Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, cap. 6.

- Pastore, J. e Haller, A.O., “O que Está Acontecendo com a Mobilidade Social no Brasil?”, in Velloso, J.P.R. e Cavalcante, R.C.de A. (orgs.), *Pobreza e Mobilidade Social*, São Paulo, Nobel, 1993, p. 25-49.

- Silva, N. do V., “Cor e o Processo de Realização Sócio-Econômica”, *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, vol. 24, No. 3, 1981, p. 391-409.

-, “Updating the Cost of not Being White in Brazil”, in Fontaine, P.M. (ed.), *Race, Class and Power in Brazil*, CAAS-UCLA, 1985, cap. 4.

Apêndice

**Tabela A Mobilidade Ocupacional Intergeracional dos Homens de 20 a 64 anos,
segundo Grupos de Cor, 1996**

Branços

Grupo Ocupacional Atual						
Gr. Ocup. Pai	1	2	3	4	5	6
1	4.059	2.816	3.149	1.195	623	332
2	142	995	902	722	416	286
3	123	907	1.798	778	496	254
4	123	474	553	663	394	335
5	75	150	151	214	264	207
6	19	98	90	190	222	358

Pretos

Grupo Ocupacional Atual						
Gr. Ocup. Pai	1	2	3	4	5	6
1	627	308	368	59	25	9
2	28	125	116	38	16	10
3	21	134	227	48	28	6
4	9	40	49	26	9	5
5	1	6	10	5	5	2
6	1	2	8	6	2	4

Pardos

Grupo Ocupacional Atual						
Gr. Ocup. Pai	1	2	3	4	5	6
1	4.420	2.250	2.022	634	221	75
2	136	637	511	265	131	48
3	113	512	956	312	116	55
4	116	270	231	227	76	45
5	38	79	90	69	40	14
6	7	40	36	44	30	33